
	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA #{processoTrfHome.instance.orgaoJulgador.orgaoJulgador} #{processoTrfHome.instance.orgaoJulgador.localizacao.endereco.enderecoCompleto} Tel.: #{processoTrfHome.instance.orgaoJulgador.numeroTelefoneFormatado}; e-mail: #{processoTrfHome.instance.orgaoJulgador.email} #{parametroService.valueOf('pje:tjpb:fone:telejudiciario')}	
DECISÃO - PENA SUPERIOR A DOIS - INCOMPETÊNCIA		v.1.00

Nº do Processo: #{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}

Classe Processual: #{processoTrfHome.instance.classeJudicial}

Assuntos: #{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr}

#{processoTrfHome.processoPartePoloAtivoSemAdvogadoStr}

#{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}

**DECISÃO. PENA QUE EXCEDE O LIMITE DE DOIS ANOS.
INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.**

Vistos, etc.

1. Constata-se que a pena máxima abstrata, no delito *in casu*, excede o limite de 02 (dois) anos, conforme prevê o art. 61 da Lei nº 9099/95¹.

2. Sendo assim, redistribua-se o presente feito para umas das varas criminais, desta Comarca, com baixa, em conformidade com o parecer ministerial.

3. Intimações necessárias.

Publique-se. Intime-se.

Cumpra-se.

#{processoTrfHome.instance.orgaoJulgador.localizacao.endereco.cep.municipio}-PB, em #{dataAtual}

#{processoTrfHome.nomeJuizOrgaoJulgador}
Juiz(a) de Direito

¹Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.